



Prefeitura de Três Corações

“Terra do Rei Pelé”

LEI COMPLEMENTAR Nº 602/2022

Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, juntamente com a Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo referente ao exercício de 2023, ao proprietário pessoa física, titular de domínio útil ou o possuidor de um único imóvel predial e que o mesmo seja utilizado como sua moradia com a área total de terreno não superior a 240,00 m² e área total construída não superior a 70,00 m², cuja renda familiar não seja superior a 2 (dois) salários mínimos nacional.

O Povo do Município de Três Corações, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedida isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, juntamente com a Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo, referente ao exercício de 2023, ao proprietário pessoa física, titular de domínio útil ou o possuidor de um único imóvel predial e que o mesmo seja utilizado como sua moradia com a área total de terreno não superior a 240,00 m² (duzentos e quarenta metros quadrados) e com área total construída não superior a 70,00 m² (setenta metros quadrados), cuja renda familiar não seja superior a 2 (dois) salários mínimos nacional vigente na data do requerimento.

§1º Entende-se por proprietário do imóvel o legítimo proprietário informado na Certidão de Propriedade do Imóvel ou na Escritura Pública de Compra e Venda.

§2º Entende-se por titular de domínio útil a situação jurídica, relativa à propriedade, que se gera do desdobramento dos direitos reais sobre a coisa, ficando o foreiro com o domínio útil, pelo que o proprietário conserva o direito de propriedade sobre o bem, mas cabe ao foreiro o direito de uso e gozo pela utilização do mesmo, informado na Certidão de Propriedade do Imóvel ou na Escritura Pública de Compra e Venda.

§3º Entende-se por possuidor do imóvel aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade, sendo o legítimo adquirente informado no Contrato Particular de Compra e Venda do imóvel.

Art. 2º A isenção de que trata o artigo 1º deverá ser requerida em formulário próprio, conforme modelo anexo a esta Lei Complementar, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1



Prefeitura de Três Corações

“Terra do Rei Pelé”

- a) cópia do documento que comprove a propriedade ou a titularidade do imóvel (Certidão de Propriedade do Imóvel, Escritura Pública de Compra e Venda ou Contrato Particular de Compra e Venda);
- b) cópia de certidão de óbito (específico para pensionistas);
- c) cópia do comprovante de residência do imóvel (conta de luz, água ou telefone em nome do requerente);
- d) cópia da carteira de trabalho de todos os moradores;
- e) comprovação da renda familiar atualizada de todos os moradores;
- f) cópia de identidade e CPF de todos os moradores;
- g) certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos.

Parágrafo único. Em caso de óbito do legítimo proprietário do imóvel, a pessoa que estiver utilizando o imóvel deverá comprovar o seu vínculo com o proprietário titular do imóvel.

Art. 3º O requerimento de isenção deverá ser protocolado no Departamento da Receita da Secretaria Municipal de Finanças, no período de 2 de janeiro de 2023 a 31 de março de 2023.

Art. 4º O Departamento da Receita da Secretaria Municipal de Finanças e demais Secretarias Municipais envolvidas realizarão a análise dos documentos entregues para posterior deferimento ou indeferimento.

§ 1º Em caso de deferimento ou indeferimento do pedido de isenção, o contribuinte receberá a informação através do Departamento da Receita da Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º Em caso de indeferimento do pedido de isenção, o contribuinte poderá contestar uma única vez da decisão, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da informação, junto ao Departamento da Receita, com as devidas alegações e fundamentos.

§ 3º O Departamento da Receita e demais Secretarias Municipais envolvidas julgarão a contestação e será proferida a decisão.

Art. 5º O Departamento da Receita da Secretaria Municipal de Finanças poderá, a qualquer tempo, cancelar a isenção, quando descaracterizadas as razões que a determinaram.

Art. 6º Os casos omissos nesta Lei Complementar serão analisados pelo Departamento da Receita da Secretaria Municipal de Finanças e demais Secretarias Municipais envolvidas.




Prefeitura de Três Corações

“Terra do Rei Pelé”

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, nos termos do artigo 174 da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Três Corações, 27 de dezembro de 2022.


JOSÉ ROBERTO DE PAIVA GOMES
Prefeito Municipal

Conteúdo de uma minuta de lei complementar, com o texto invertido e ilegível.

Certifico que em cumprimento à Lei 8.666/93
ao art. 174 da L.O.M. c/ o art.5º " caput "
do Ato das Disposições Transitórias da L.O.M.
este (a) NC nº 602/2022
foi afixado (a) no quadro de publicação de
leis e atos Municipais, localizado no átrio
desta prefeitura.

Por ser verdade, firmo o presente.

Três Corações-MG 27 de dezembro de 2022.


Cíntia de O. Duarte Andrade
Agente de Gestão Administrativa
Matrícula 1343
Prefeitura de Três Corações



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES
"TERRA DO REI PELÉ"
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE IPTU – ÁREA DO TERRENO E IMÓVEL E RENDA
FAMILIAR – EXERCÍCIO 2023

IDENTIFICAÇÃO

Proprietário: _____

CPF: _____ Identidade: _____

Telefone: _____

Localização do Imóvel:

Rua/Av: _____ nº: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Inscrição Cadastral _____ / _____

DECLARAÇÃO

Eu, _____ declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que os documentos entregues são VERDADEIROS e o imóvel objeto do benefício da ISENÇÃO que trata a Lei Complementar nº _____/20____, é utilizado exclusivamente como minha moradia.

Três Corações, _____ de _____ de 20____.

Assinatura

DOCUMENTOS

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Cópia do documento que comprove a titularidade do imóvel. |
| <input type="checkbox"/> | Cópia Certidão de Óbito – específico para pensionistas. |
| <input type="checkbox"/> | Cópia do comprovante de residência do imóvel (conta de luz, água ou telefone) em nome do requerente. |
| <input type="checkbox"/> | Cópia da carteira de trabalho de todos os moradores. |
| <input type="checkbox"/> | Comprovação da renda familiar, atualizada de todos os moradores. |
| <input type="checkbox"/> | Cópia de identidade e CPF de todos os moradores. |
| <input type="checkbox"/> | Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos. |
| <input type="checkbox"/> | Outros: _____ |

DEPARTAMENTO DA RECEITA

- | | |
|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | Contribuinte comprovou requisitos para obtenção da isenção. |
| <input type="checkbox"/> | Contribuinte <u>não</u> comprovou requisitos para obtenção da isenção.
Motivo: _____ |

DATA: ____/____/20____

Diretor(a) do Departamento da Receita